

RELATÓRIO E CONTAS 2022



**CENTRO SOCIAL PAROQUIAL
SENHORA DO CALVÁRIO**
NIPC: 501645055 • IPSS n.º 75/83

CAMPANHÃ - PORTO





ÍNDICE

ORGÃOS SOCIAIS (QUADRIÉNIO 2021/2024)	4
MENSAGEM DO PRESIDENTE	5
A INSTITUIÇÃO: IDENTIFICAÇÃO E BREVE APRESENTAÇÃO	6
I. RELATÓRIO DE ATIVIDADES	9
1. Introdução	11
2. O serviço de apoio domiciliário e o centro de dia: a ocupação das respostas sociais em 2022 e breve caracterização dos seus beneficiários	12
3. Projetos na área da empregabilidade de públicos vulneráveis	15
4. Parcerias	15
5. Reforço organizacional e infraestruturas	17
6. Atividades de Animação e Estimulação	18
II. CONTAS	29
Análise Económico-Financeira	31
1. Introdução	31
2. Comércio local	32
3. Recursos humanos	32
4. Execução orçamental	34
5. Resultados	34
III. CONCLUSÃO	35
1. Resultado líquido do exercício e proposta de aplicação de resultados	37
2. Relatório não-financeiro	37
IV. BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	39
V. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	44
VI. RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL	62
VII. CERTIDÕES COMPROVATIVAS DA SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA (Segurança Social e Autoridade Tributária)	65
VIII. BANCO DE PORTUGAL: DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE	68
IX. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DA ENTIDADE	70



ORGÃOS SOCIAIS (QUADRIÉNIO 2021/2024)

DIREÇÃO

Presidente – Pe. Fernando de Lima Milheiro Leite

Vice-presidente – José dos Anjos Monteiro

Tesoureiro – Caetano de Sousa Augusto

Secretária – Georgina Maria da Silva Pinto da Costa

Vogal – Ricardo Alexandre Araújo Nogueira

CONSELHO FISCAL

Presidente – Fernando Jorge Couto Leite Dias

Secretária – Paula Maria Fernandes da Silva Pereira

Vogal – José Manuel Zenha Mourão



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Desenvolver qualidade... renovar

É animador o relatório que se apresenta, podendo acrescentar que este último ano foi de **bons resultados no serviço** aos nossos utentes.

O solavanco da Covid-19 foi sendo vencido e temos, de novo, a nossa sala cheia de gente que se sente bem com a alimentação, o ambiente de convívio, os muitos momentos recreativos, o passeio e tantas festas. Vive-se tentando dar qualidade a cada momento e procurando resolver com rapidez os problemas que sempre aparecem em tudo o que é humano.

A qualidade de um centro social depende sobretudo das pessoas que o servem, sejam os voluntários e Direção, sejam os trabalhadores e a Direção técnica. As pessoas, na diversidade dos seus temperamentos e modos de agir, devem cuidar sempre de **estar ao serviço do bem comum**. Elementar atitude de boa gestão será **exigir** o que é razoável e **agradecer** o que é feito com generosidade. Neste **mais do que a obrigação** é que está a riqueza de um Centro como o nosso. E também a sua legitimidade como IPSS paroquial, pois o **CSP da Senhora do Calvário** é uma extensão da ação da comunidade cristã em favor dos nossos idosos.

Os resultados apresentados e o desempenho em relação aos objectivos são muito bons. Mas é justo passar além dos números e **enaltecer** quantos cumpriram o seu dever e sobretudo aqueles que deram muitas horas, **dedicação e serviço** para que o Centro seja... **a nossa casa!**

Fernando Milheiro, padre



A INSTITUIÇÃO: IDENTIFICAÇÃO E BREVE APRESENTAÇÃO

DENOMINAÇÃO SOCIAL: CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO

SEDE: TRAVESSA DO ILHEU, 66, 4300-265 PORTO

ENTRADA PRINCIPAL: UTENTES, CARGAS E DESCARGAS – RUA NOSSA SENHORA DO CALVÁRIO, 136, 4300 – 357 PORTO, EDIFÍCIO “CASA PAROQUIAL”

NIF: 501 645 055

CAE: 88101

NATUREZA JURÍDICA: PESSOA COLETIVA RELIGIOSA

ESTATUTO: IPSS – INSTITUIÇÃO PARTICULAR SOLIDARIEDADE SOCIAL

FUNDAÇÃO: 13 DE MAIO DE 1982

CONTACTOS: TELF. (+351) 22 537 69 59 – 93 999 68 14

E-mail - csp.senhoradocalvario@gmail.com

WEBSITE - <https://cspsenhoradocalvario.com>

PRESENÇA NAS REDES SOCIAIS: FACEBOOK – CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SENHORA DO CALVÁRIO

OBJETO SOCIAL: (resumido) - Apoio às pessoas idosas através de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário; apoio à integração social e comunitária.

O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO foi fundado em 13 de Maio de 1982, data da aprovação dos Estatutos (anteriormente denominado Centro Social Paroquial de Apoio à Infância e Terceira Idade da Senhora do Calvário).

A sua criação deveu-se à iniciativa da Fábrica da Igreja da Paróquia Senhora do Calvário e do pároco de então, Pe. Joaquim Carlos Pinto.

Desde a sua fundação dedicou-se ao apoio à infância através de um centro de atividades de tempos livres (ATL) tendo, entretanto, extinguido aquela resposta



social. Atualmente a sua ação destina-se, exclusivamente, a pessoas idosas e outros adultos dependentes, através das respostas sociais do Centro de Dia, - em funcionamento desde 1985 e do Serviço de Apoio Domiciliário desde 1990.

Por determinação estatutária o CSPSC é presidido pelo Pároco da Nossa Senhora do Calvário e gerido por uma Direção sob supervisão de um Conselho Fiscal.

Segundo o Direito Português o CSPSC é uma pessoa coletiva religiosa reconhecida como IPSS (cf Decreto-Lei nº 172-A/2014, de 14 de novembro e pela Lei nº 76/2015, de 28 de julho que alteram o Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de fevereiro e no Regulamento do Registo de Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pela portaria nº 139/2007, de 29 de janeiro).

Qualificado como instituto de Organizações ou Instituições da Igreja Católica, devidamente inscrito no competente registo das IPSS, efetuado em 29/4/1984, pelo averbamento nº 1, à inscrição nº 75/83, lavrada a fls 14 e 14 verso do livro nº 2 das "Fundações de Solidariedade social", que adota a forma de Centro Social, sem prejuízo do espírito e disciplina religiosa que o informam, regendo-se pelas disposições do estatuto das IPSS, pelos princípios orientadores da economia social, definidos na Lei nº 30/2013, de 8/5 e demais normas aplicáveis, no respeito pelas disposições da Concordata de 2004.

MISSÃO

Garantir o bem-estar e a qualidade na velhice através da prestação de serviços de apoio especializados e direcionados para a satisfação das necessidades e interesses dos nossos utentes, potenciando a sua autonomia e evitando o isolamento social e a solidão.

VISÃO

Ser uma referência no apoio social à população sénior de Campanhã e da cidade do Porto, através de um compromisso com a comunidade e da implementação de uma política de resposta social de qualidade, contribuindo para uma sociedade mais justa e solidária.



VALORES

- Proximidade;
- Dedicção;
- Transparência;
- Respeito pela individualidade.

RECURSOS HUMANOS

TIPO DE CONTRATO	H	M	OBSERV.
Tempo indeterminado		17	
CEI+	1	1	
Apoio à Colocação e CEI+ para pessoas com deficiência		1	
Órgãos sociais*	2		Não remunerados
Voluntários		2	Não remunerados

* São apenas considerados os que exercem funções regulares e o seu contributo é essencial para o bom funcionamento da Instituição.

RESPOSTAS SOCIAIS

Respostas sociais	UTENTES		DATAS PROTOCOLO	
	PROTOCOLO	CAPACIDADE/LOTAÇÃO	PRIMEIRO	RENOVAÇÃO
CENTRO DE DIA	40	50	14/08/1985	04/07/2007
APOIO DOMICILIÁRIO	30	40	30/11/1990	31/05/2007



I. RELATÓRIO DE ATIVIDADES



**CENTRO SOCIAL PAROQUIAL
SENHORA DO CALVÁRIO**
NIPC: 601645055 - IPSS nº 7583



1. Introdução

O ano de 2022 desenvolveu-se num contexto que poderíamos caracterizar de transição para a normalidade, após dois anos de intensas restrições devido à pandemia da Covid-19, sob o signo da doença, morte, sofrimento e, finalmente, esperança.

A 16 de janeiro, Portugal 20 milhões de doses da vacina haviam sido já administradas. A 19 de janeiro, Portugal ultrapassa os dois milhões de pessoas infetadas desde o início da pandemia e a 2 de fevereiro Portugal ultrapassa as 20 mil mortes associadas à covid-19 desde o início da pandemia. Assistimos, pois, à 5ª vaga de Covid-19 em Portugal, associada à variante Ómicron, em plena campanha nacional de vacinação. O pico foi atingido a 28 de janeiro e em meados de fevereiro essa 5ª vaga está em fase descendente, levando o Governo a aprovar o alívio das medidas. Deixa de ser necessário teste negativo para entrar em bares e discotecas, grandes eventos e recintos desportivos, o teletrabalho deixa de ser recomendado, os espaços comerciais deixam de ter limitações no número de pessoas. A obrigação de máscaras mantém-se para espaços interiores. 85% da população elegível para a dose de reforço da vacina estava, nesta altura, vacinada e inicia-se o processo de transição da vacinação para os centros de saúde, começando a diminuir o nº de centros de vacinação em funcionamento.

Em março, deixa de ser obrigatório o uso de máscara em creches, creches familiares e amas e em estabelecimentos de educação e/ou ensino; no mês seguinte, a obrigatoriedade da máscara aplica-se apenas a unidades de saúde (incluindo farmácias), estruturas residenciais para pessoas idosas, serviços de apoio domiciliário para pessoas idosas, unidades de cuidados continuados e transportes coletivos de passageiros. Em agosto, cessa essa obrigatoriedade nos serviços de apoio domiciliário, nos transportes e nas farmácias. É neste momento que, internamente, deixamos de exigir o uso de máscara no centro de dia e decidimos pôr termo às situações, residuais, de utentes que se recusavam a retomar a frequência presencial daquela resposta devido àquela obrigação, não tendo motivos clínicos que os isentassem dessa obrigação.

A esperança fundada que o início de 2022 trazia de um ano de recuperação e de rumo à normalidade e à prosperidade (recorde-se que, por esta altura, arranca o PRR – Plano de Recuperação e Resiliência – a apelidada bazuca europeia) vê-se truncada pelo violento eclodir da guerra na Ucrânia em fevereiro, que gera uma vaga de refugiados que fogem da destruição e da morte, o aumento da inflação e nos desassossego e sobressalta enquanto sociedades, a nível nacional e europeu, mobilizando-nos também para a



solidariedade entre povos e Estados. É neste contexto, pois, que o nosso trabalho se desenvolveu neste ano.

2. O serviço de apoio domiciliário e o centro de dia: a ocupação das respostas sociais em 2022 e breve caracterização dos seus beneficiários

Em 2022, apoiámos um total de 49 pessoas ao nível dos cuidados domiciliários. Terminámos o ano de 2022 com 37 utentes a receber este tipo de assistência e com o registo de outros 12 que também usufruíram desta modalidade e que, entretanto, deixaram a resposta social.

Destes 12 processos encerrados ao longo do ano, 7 deveram-se a óbito, 1 a integração em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, 1 a transferência para o Centro de Dia do Centro Social, 2 a mudança de residência e, finalmente, 1 por outros motivos.

Os utentes que beneficiaram da assistência do Serviço de Apoio Domiciliário permaneceram na resposta social durante cerca de três anos e meio (valor médio), sendo o tempo de permanência mais comum os dois anos.

Do total de 49 pessoas apoiadas, 5 utentes residiam fora da freguesia de Campanhã, concretamente na freguesia de Rio Tinto, concelho de Gondomar, numa área contígua à Estrada da Circunvalação.

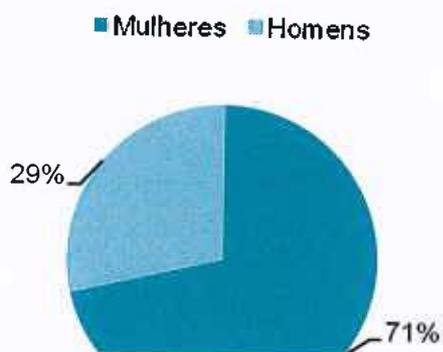
Em 2022, um total de 56 pessoas frequentou o nosso centro de dia. Terminámos o ano com 49 utentes a usufruir de cuidados nesta resposta social. As 7 pessoas que, ao longo do ano, a deixaram, 4 fizeram para darem entrada numa Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, 1 por óbito, 1 por mudança de residência e, por último, 1 por inadaptação ao centro de dia.

Os utentes que beneficiaram da frequência do Centro de Dia permaneceram na resposta social durante cerca de quatro anos e meio (valor médio), sendo o tempo de permanência mais comum os quatro anos

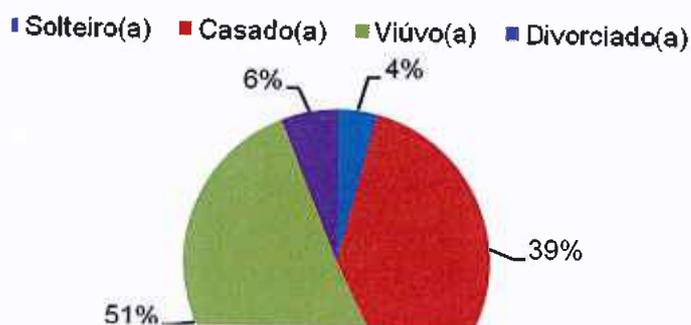
Do total de 56 pessoas apoiadas, apenas 3 utentes residiam fora da freguesia de Campanhã, concretamente na freguesia de Rio Tinto (área contígua à Estrada da Circunvalação), Fânzeres e São Cosme, no concelho de Gondomar.



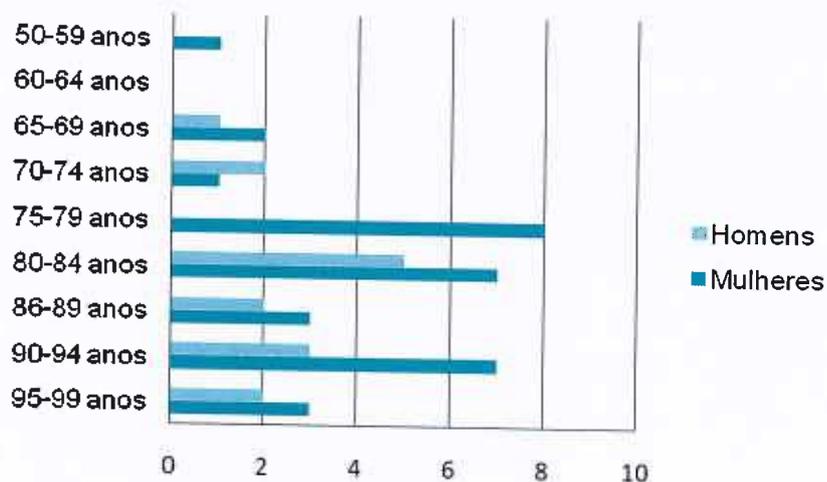
Utentes do SAD por género



Estado civil dos Utentes do SAD



Distribuição dos utentes do SAD por género e idade



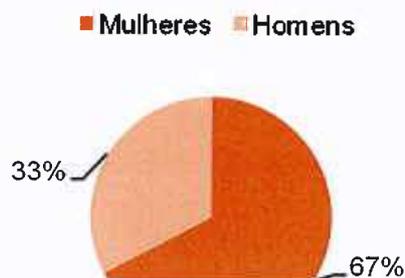
Mantém-se a tendência de anos anteriores: 2/3 dos utentes do SAD são do sexo feminino.

A maioria dos utentes situa-se entre os 75 e os 94 anos. O peso das faixas etárias mais avançadas é, pois, maior no SAD do que no CD. A idade média situa-se nos 84 anos, o que representa um ligeiro decréscimo face ao ano anterior (86 anos).

Quase 2/3 dos utentes do SAD são solteiros, viúvos ou divorciados. Tal não significa, necessariamente, que vivam sozinhos, mas a grande maioria vive, de facto.



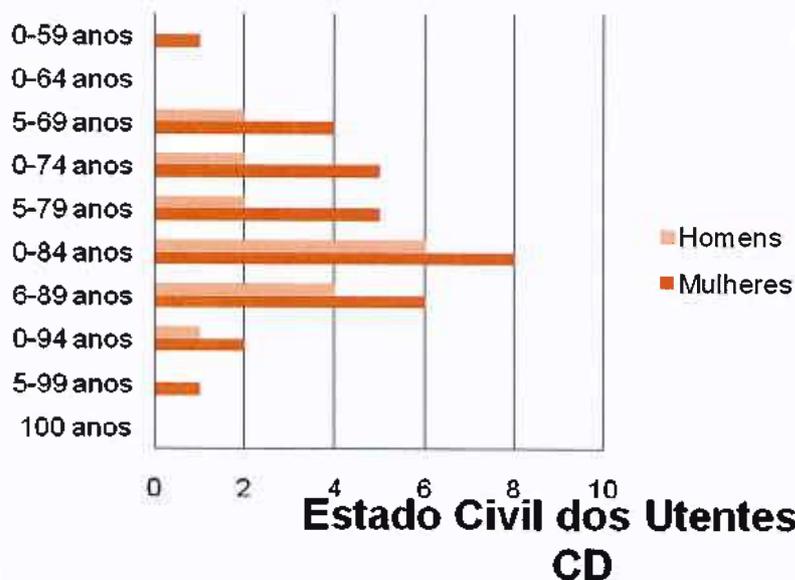
Utentes do CD por género



Mantém-se a tendência de anos anteriores: 2/3 dos utentes do CD são do sexo feminino.

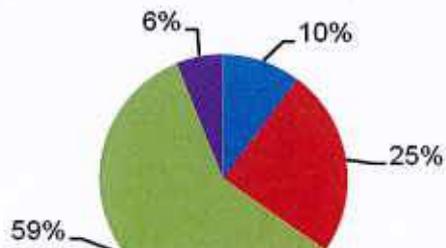
A maioria dos utentes situa-se entre os 70 e os 89 anos. A idade média situa-se muito perto dos 80 anos, em linha com o verificado no ano anterior.

Distribuição dos utentes do CD por género e idade



75% dos utentes do CD são solteiros, viúvos ou divorciados, percentagem superior à que se verifica no SAD. Tal não significa, necessariamente, que vivam sozinhos, mas a grande maioria vive, de facto.

■ Solteiro(a) ■ Casado(a) ■ Viúvo(a) ■ Divorciado(a)





3. Projetos na área da empregabilidade de públicos vulneráveis

Este ano registou a conclusão do projeto CEI+ (Contrato Emprego-Inserção +) iniciado em 2021 em parceria com o IEFP, através do qual foram apoiadas duas pessoas recrutadas pelo Projeto Incorpora, promovido pelo Centro Social de Soutelo. Este projeto possibilitou a reintegração no mercado de trabalho de um desempregado de muito longa duração. O outro beneficiário não ficou integrado no Centro por não ter adquirido uma competência indispensável, a carta de condução.

Adicionalmente, iniciou-se um projeto que permitiu acolher uma jovem portadora de deficiência mental residente na área da Paróquia, ao abrigo das parcerias com o CEFPI e com o IEFP, que terá o seu término em 2023.

4. Parcerias

- *Fábrica da Igreja da Paróquia de Nossa Senhora do Calvário* – cedência de instalações;
- *ISS, IP – Instituto de Segurança Social* – financiamento e apoio técnico;
- *Banco Alimentar Contra a Fome* – doação de bens alimentares e outros ao Centro e participação deste, em parceria com a *FNA de Campanhã*, nas campanhas de recolha de alimentos promovidas pelo Banco Alimentar;
- *IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional e Incorpora/Centro Social de Soutelo* – acolhimento e acompanhamento de um projeto abrangendo 2 beneficiários da medida Contrato Emprego-Inserção+;
- *CEFPI – Centro de Educação e Formação Profissional Integrada* – acolhimento de uma pessoa portadora de deficiência intelectual no âmbito da medida Apoio à Colocação do IEFP;
- *Centro Comunitário d'A Benéfica-Providente - Associação Mutualista* – atividades de animação conjuntas;
- *Centro Juvenil de Campanhã e Porta Solidária (Paróquia de N^a Sr^a da Conceição)* – partilha mútua de bens alimentares;



- CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade;
- UDIPSS Porto – União Distrital das IPSS do Porto;
- CMP – Câmara Municipal do Porto;
- Junta de Freguesia de Campanhã;
- Rede Social do Porto e CLASP – Conselho Local de Ação Social do Porto;
- CNE Agrupamento 300;
- Este ano não se registou o acolhimento de nenhum prestador de trabalho a favor da comunidade, à semelhança do que já acontecera no ano anterior, embora o protocolo de parceria entre o Centro e a *DGRSP – Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais* se mantenha em vigor.
- *Paróquia de Santa Maria de Campanhã* - cedência de uma viatura para a praia.



5. Reforço organizacional e infraestruturas

De destacar dois domínios em que o Centro registou progressos significativos em 2022:

- a) Em fevereiro arrancámos com a formação e utilização de uma plataforma informática (Softgold) que permite dispor de um sistema digital integrado de processos individuais (utentes, profissionais, voluntários), de registo de todos



os cuidados prestados pelos profissionais do Centro aos utentes (quer em centro de dia, quer nos domicílios), de acesso a dados estatísticos indispensáveis à planificação e tomada de decisão relativamente aos serviços disponibilizados, entre outras potencialidades. A adoção desta ferramenta representou um claro momento de desenvolvimento dos processos organizativos internos e ainda reserva uma grande margem de progressão.

- b) na reta final do ano, a legalização das rampas de acesso às garagens da Rua de N^a Sr^a do Calvário, indispensáveis para acomodar viaturas do SAD e que, recorde-se, não se encontravam em situação regular junto do Município e tinham dado origem a uma contraordenação. Resultado de um processo moroso, porquanto esteve dependente primeiramente da obtenção do alvará de utilização do Centro (dezembro de 2021) e, posteriormente, da realização de uma obra na via pública (deslocação de uma sarjeta), a cargo das Águas do Porto, a expensas do Centro. A obra final de instalação das rampas é um dos investimentos previstos para 2023.



No domínio da gestão das instalações e das infraestruturas, com exceção do já referido sobre a obra na via pública, o ano de 2022 caracterizou-se apenas por pequenas intervenções de manutenção/reparação, não se registando obras de carácter extraordinário. Por último, não se registaram progressos no que diz respeito à legalização e licenciamento da parte do edificado do Centro que não foi visado pelo alvará de utilização emitido em dezembro de 2021. Procedeu-se apenas a reuniões de carácter técnico.

6. Atividades de Animação e Estimulação

As atividades de animação representam, habitualmente, uma parte muito significativa do relatório de atividades anual do Centro Social e 2022 não foi diferente, bem pelo contrário. Se nos anos anteriores, em plena pandemia, o trabalho na área da animação foi muito expressivo apesar dos constrangimentos e vicissitudes resultantes do contexto sanitário, em 2022 o volume e a variedade de atividades realizadas foram bastante superiores.

As atividades foram sendo moldadas à evolução daquele contexto e à eliminação progressiva das restrições à interação social e à ocupação dos espaços. Assim, no registo fotográfico é visível desde logo a presença ou a ausência de máscara ou um maior ou menor distanciamento social.





O Carnaval, habitualmente celebrado em conjunto com outras instituições do concelho do Porto, unidas numa parceria promovida pelo Centro Comunitária d'A Benéfica Previdente, decorreu ainda em formato *online*. Duas peças confeccionadas no Centro de Dia valeram ao Centro o 2º lugar entre as entidades a concurso. A Festa da Flor, celebrada em Julho daquele ano na Casa das Glicínias, também ainda decorreu no mesmo formato do



Carnaval, sob o signo da Paz. Já o Magusto foi celebrado presencialmente, num evento que reuniu naquele espaço as entidades parceiras, diante das quais o Centro de Dia teve a oportunidade de representar a Lenda de S. Martinho.





Em 2022 tivemos a oportunidade de acolher grupos que, a nosso convite, vieram atuar perante os utentes do Centro de Dia: a Tuna Masculina da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto por ocasião do Dia Internacional da Mulher (8 de março), e a Tuna Académica da Faculdade de Direito da Universidade do Porto em Outubro, por ocasião do Dia Internacional da Pessoa Idosa.





De destacar a retoma da praia após dois anos de paragem, atividade que decorreu durante uma semana, no período da manhã, numa praia do concelho de V. N. Gaia. Foram utilizadas 3 viaturas para o transporte dos utentes, uma das quais cedida pela Paróquia de Santa Maria de Campanhã. O encerramento desta atividade foi assinalado com um piquenique num Parque de Merendas local e um passeio junto à orla marítima daquele concelho. Esta atividade foi objeto de um balanço muito positivo por parte dos utentes e dos profissionais envolvidos.





Em 2022, o Centro promoveu uma série de visitas a equipamentos culturais e outros, com o objetivo de promover o



conhecimento do meio envolvente, numa fase da vida em que as pessoas se vêem normalmente mais isolados da vida da comunidade em que vivem, e ainda com o objetivo de retomar hábitos de abertura ao mundo exterior, após os tempos de confinamento e restrição de contactos. Visitámos o Terminal do Porto de Leixões, o Museu das Marionetas do Porto, o Museu do Carro Elétrico, o Pavilhão da Água, o Museu da Farmácia e o Centro de Recolha Oficial de Animais do Porto..



Grupo 1 – Pavilhão da água



Grupo 2 – Pavilhão da água





Centro de Recolha Oficial de Animais do Porto



Neste ano ainda não se realizou o Passeio Anual do Centro, onde habitualmente todos os utentes e profissionais do CD se reúnem para um dia festivo fora do Porto. A opção, devido ao contexto ainda influenciado pela COVID19, recaiu na realização de passeios mais curtos.

Aproveitámos também as oportunidades que surgiram da retoma das visitas, passeios e outros eventos promovidos por outras entidades parceiras, nomeadamente: Programa da Câmara Municipal do Porto *O Porto é Lindo! Roteiros Turísticos +65* – visita aos Paços do Concelho do Porto, o



Passeio Sénior da Freguesia de Campanhã a Vila Praia de Âncora, o concerto da



Banda da PSP por ocasião do Dia Internacional da Pessoa Idosa e, a terminar o ano, a Arca de Natal (suspensa nos dois anos anteriores), atividade importante promovida pelo Município do Porto, onde, pela primeira vez, o Centro participou na

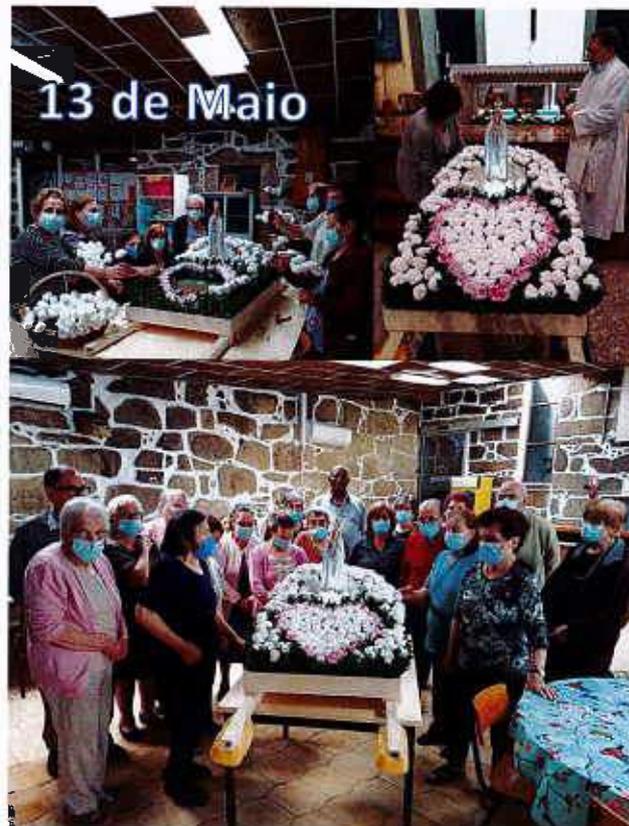


animação do evento, para além da habitual exposição e venda de produtos confecionados no Centro de Dia com os seus utentes.





Sabendo da importância que a espiritualidade e a religião têm para muitos dos utentes do Centro de Dia, mais um ano celebrámos a Solenidade de N^a Sr^a de Fátima com uma procissão cujo andor foi decorado pelos próprios utentes com flores que eles mesmos confeccionaram. Contribuímos ainda para a celebração das Festas da Padroeira da Paróquia de N^a Sr^a do Calvário, fazendo as flores que enfeitaram o andor da procissão que transporta a imagem de N^a Sra da Capela do Calvário para a Igreja Paroquial. Os utentes tiveram a



possibilidade de visitarem a capela e de testemunharem com os seus próprios olhos o fruto do seu trabalho e dedicação.

Por fim, participámos na Solenidade de Santa M^a de Campanhã (8 de setembro), numa pequena cerimónia conduzida pelo Pároco e presidente deste Centro na Igreja Matriz daquela Paróquia. Os idosos presentes ofereceram um ramo de flores a N^a Sr^a e viram a beleza dos andores expostos.



O ano ficou também marcado pela retoma da Marcha Popular, cuidadosamente preparada ao longo dos meses anteriores para ser apresentada por altura do São João no Centro de Dia.



O Dia da Fotografia foi o pretexto para uma sessão fotográfica ao ar livre, num cenário preparado para o efeito e trajados com o esmero que uma ocasião





destas merece. Por último, quase a encerrar o ano a festa de Natal foi a oportunidade para levar a cena a peça “A Paz”, escolhida para tema logo no início do ano, antes mesmo de eclodir a guerra na Ucrânia. Nenhuma altura tinha sido tão oportuna como esta para refletir sobre a necessidade da Paz.





II. CONTAS





Análise Económico-Financeira

1. Introdução

O ano de 2022 foi o ano da retoma. Deixámos as máscaras e o efeito das vacinas começou a fazer o seu caminho. O medo instalado na transmissão do vírus começou a reduzir e começámos a regressar à normalidade.

Os utentes e as famílias começaram a sentir a necessidade de restaurar a confiança e o contágio passou a ser residual ou nulo.

A procura pelos nossos serviços começou a aumentar e rapidamente estamos a um passo de a nossa capacidade de aceitação de novos utentes esgotar.

Os anos de pandemia deixaram marcas indeléveis em todos nós, nomeadamente nos utentes. A mobilidade e a saúde mental deixaram as suas marcas. Maior dependência, demência e a memória começa a pregar as suas partidas.

Temos feito uma enorme aposta em jogos, ginástica e trabalhos que exigem algum desempenho cognitivo. Estamos atentos e vamos criando jogos ou atividades diárias que vão ao encontro de cada necessidade.

O nosso empenho é o de mantermos os nossos seniores ativos e dotá-los de novas experiências para que as suas faculdades motoras e cognitivas se vão prolongando, para lhes melhorar a qualidade de vida.

Esta preocupação, que não é de hoje, está no topo das nossas preocupações, dotando o pessoal, mais próximo das atividades, de ferramentas, - formação, para encarar os novos desafios.

Os resultados estão à vista: a procura pelos nossos serviços - Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário - surge, sempre, por indicação dos nossos utentes e muitas da vezes por familiares de ex-utentes, fruto do trabalho desenvolvido ao longo dos anos.



Os anos de 2020 e 2021 foram muito exigentes: redução de utentes e gastos exponenciais em EPI'S-Equipamentos de proteção individual. Em 2022 diminuiu os gastos com os referidos materiais.

O aumento dos combustíveis arrastou o aumento das matérias-primas, nomeadamente dos géneros alimentares.

Quando se previa uma inflação de 7,4% esta fixou-se em 7,8%.

Já em 2022 começou a sentir-se uma redução dos combustíveis e, paradoxalmente, os géneros alimentares continuaram a aumentar de forma desenfreada.

A vida das famílias e, resultado do que referimos, das IPSS, começaram a dar mostras de grande dificuldade. É público e notório que estas Entidades (IPSS) debatem-se com grandes dificuldades financeiras fruto da elevada inflação e descontrolo dos preços das matérias-primas, com maior enfoque nos géneros alimentares.

O grau de exigência, que nos propusemos seguir, não se compadece com cortes ao nível do conforto e da alimentação pelo que a gestão diária tem de ser monitorizada. Há gastos que não podem ser postos em causa, os já referidos, alimentação, e a manutenção das viaturas e das instalações.

Com uma frota automóvel envelhecida, média de 16,5 anos, que, paulatinamente, teremos de ir substituindo, de forma a diminuir os gastos de manutenção que tem uma enorme relevância nos gastos da Instituição.

2. Comércio local

A Instituição tem, ao longo dos últimos anos, privilegiado a aquisição de bens e serviços no comércio local, tendo, obviamente, sempre presente o binómio qualidade/preço.

3. Recursos humanos

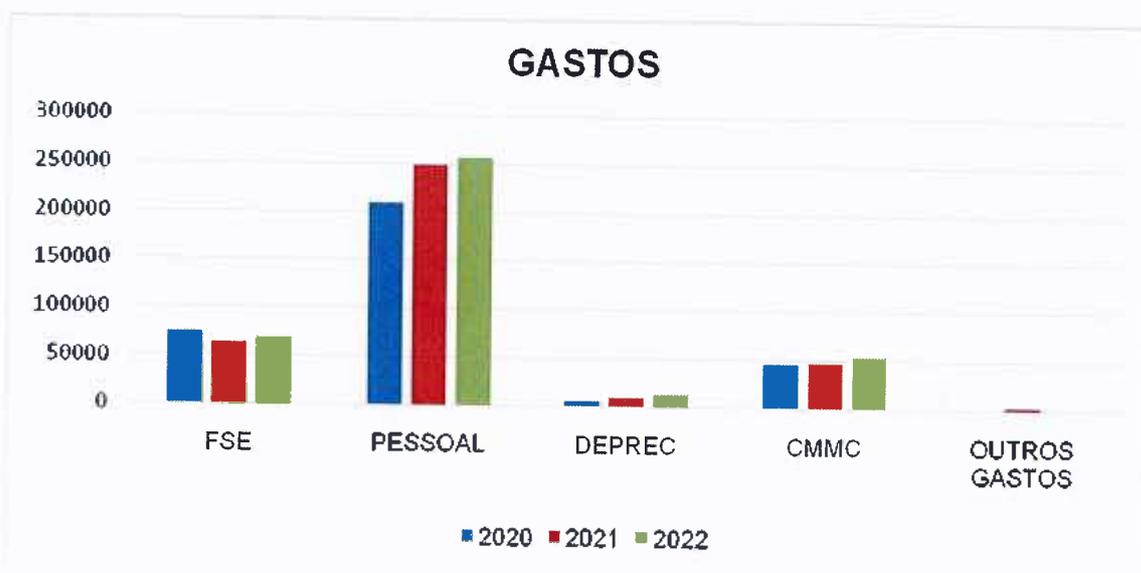
A Instituição vai, no próximo ano, celebrar 41 anos. Uma das grandes dificuldades com que se deparam as IPSS's é o recrutamento de novos elementos. Os baixos salários são a principal dificuldade do 3º setor em atrair trabalhadores



para as diversas funções. As IPSS's têm dificuldade em admitir e reter os mais jovens, por falta de perspetivas remuneratórias e de promoção.

Se tivermos em consideração que o salário de uma auxiliar de serviços gerais, motorista e ajudante de ação direta (3ª, 2ª e 1ª) é igual para todas, tendo como referência a RMG acrescida de uma pequena bonificação (+ 10,00 euros além da RMG), não permite captar, diminuir a idade e reter as novas gerações.

O governo apela a que as empresas remunerem melhor os seus funcionários. Sendo a Segurança Social o nosso parceiro Institucional, através da comparticipação mensal, por utente, tem, como referência para a atualização anual, critérios desajustados à realidade, impedindo, dessa forma, uma maior justiça remuneratória.





4. Execução orçamental

DESVIO ENTRE ORÇAMENTADO E REALIZADO				
RUBRICA	ORÇAMENTADO	REALIZADO	DESVIO	%
RENDIMENTOS				
Vendas e Serviços Prestados	170 160,00	173 493,19	3 333,19	1,96
Subsídio Doações e Legados à Exploração	192 272,00	208 802,09	16 530,09	8,60
Outros rendimentos	11 088,00	17 925,35	6 837,35	61,66
TOTAL DOS RENDIMENTOS	373 520,00	400 220,63	26 700,63	7,15
GASTOS				
Custo das mercadorias consumidas	50 000,00	53 005,51	3 005,51	6,01
Fornecimentos e serviços Externos	54 760,00	69 500,32	14 740,32	26,92
Gastos com o pessoal	252 310,79	256 632,66	4 321,87	1,71
Outros Gastos	198,00	791,47	593,47	299,73
TOTAL DOS GASTOS	357 268,79	379 929,96	22 661,17	6,34
RESULTADOS ANTES DAS DEPRECIACÕES	16 251,21	20 290,67	4 039,46	24,86
Gastos/Reversões depre. amortizações	8 091,03	13 521,14	-5 430,11	67,11
RESULTADO OPERACIONAL	8 160,18	6 769,53	1 390,65	-17,04
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	8 160,18	6 769,53	1390,65	

5. Resultados

Ainda não conseguimos estabilizar os resultados do exercício fruto, também, da pandemia. Há necessidade de, uma vez por todas, conseguirmos o equilíbrio financeiro da Instituição. Não há fórmulas mágicas. Contudo, não podemos continuar a alternar os bons com os maus resultados.

A Instituição precisa de estabilidade financeira. Sabemos que a rotatividade de utentes, na resposta social SAD, origina flutuações/variações de mensalidades que não ajudam a uma correta avaliação desta componente de ganhos, até pela variação de rendimentos que condicionam o cálculo final da mensalidade.



A atualização da comparticipação por utente, da Segurança Social, para o ano de 2023, foi de 5%, dos quais já foram adiantados 4,2% neste exercício. Assim sendo, o valor a atualizar no ano de 2023 é de 0,8%.

Não vai ser nada fácil o próximo ano.

III. CONCLUSÃO





Tendo em consideração o exposto, a manutenção do equilíbrio financeiro das IPSS's, só é possível graças à gestão voluntariosa dos seus Órgãos Sociais, que nada cobram no exercício dos cargos sociais.

A dimensão de algumas Instituições não se compadece com "Gestão" amadora. Os números divulgados, em discursos de ocasião, referem que a percentagem de IPSS's em dificuldades supera, largamente, os 50%.

A carga administrativa e exigências estão ao nível das empresas: Programas certificados; SAF-T de faturação; Contabilidade organizada; entrega da contabilidade através do OCIP (VIES das Instituições); entrega dos modelos 10 e 25; modelo 22 de IRC, ...

No 3º setor o rácio de gastos com pessoal não deve ultrapassar os 65% (rácio ideal). Temos conseguido manter o rácio dentro daquele intervalo, 64,12%, praticando salários acima da RMG. Mas que está difícil, está!!!

1. Resultado líquido do exercício e proposta de aplicação de resultados

A Instituição teve um resultado líquido, positivo, no valor de 6.769,53 euros.

Após análise do relatório do Conselho Fiscal, a Direção deliberou:

- Aprovar o Relatório de Atividades e Contas;
- Transferir o resultado líquido, positivo, de 6.769,53 euros, para Resultados Transitados

2. Relatório não-financeiro

➤ Ambiente

No ano de 2021 a Instituição adquiriu um dispositivo que permite a lavagem da roupa a frio com recurso a menor quantidade de detergentes, graças à alteração



das propriedades da água, tornando-a rica em peróxido de hidrogénio. A instalação deste equipamento permite a redução, em cerca de 60%, de detergentes e economia significativa de eletricidade. Este é um dos nossos contributos para a diminuição da “pegada de carbono”.

➤ **Situação contributiva perante a Segurança Social e a Autoridade Tributária**

Conforme o nº 11 do Anexo às Demonstrações Financeira, a Instituição tem a situação contributiva, perante estas entidades, regularizada.

➤ **Acontecimentos após a data do balanço**

Conforme referido no nº 12.14 do Anexo às Demonstrações Financeiras, a Instituição desconhece qualquer facto, posterior a 31 de dezembro de 2022, suscetível de pôr em causa a sua continuidade, apresentação e interpretação das demonstrações financeiras.

➤ **Agradecimentos**

“As Instituições são feitas de pessoas para pessoas”.

Aos nossos Utentes, por nos terem escolhido e manterem a confiança nos nossos serviços; aos nossos fornecedores; aos nossos parceiros; aos nossos parceiros Institucionais: Município do Porto e Junta de Freguesia de Campanhã; ao nosso pessoal pela entrega, dedicação e empenho, sem os quais não seria possível prestar os serviços de qualidade que são marca distintiva da nossa Instituição.

Ao Conselho Fiscal pela prestimosa qualidade da sua “auditoria”, bem como pela disponibilidade, sempre que necessário, de apoio à Direção.

Porto, 27 de maio de 2023

A Direção

Fernando de Lima Milheiro Leite

José dos Anjos Monteiro

Caetano de Sousa Augusto

Georgina Maria da Silva Pinto da Costa

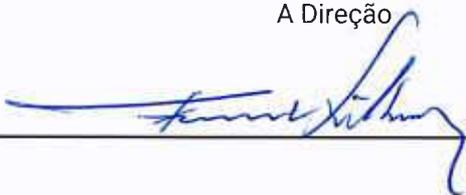
Ricardo Alexandre Araújo Nogueira



IV. BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2022	31 DEZ 2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	63 119,58	62 951,64
Ativos intangíveis	5	2 550,95	1 322,86
Investimentos financeiros	6	3 169,87	2 405,46
		68 840,40	66 679,96
Ativo corrente			
Inventários	7	1 382,85	1 072,05
Créditos a receber	12.6	0,00	333,75
Estado e outros entes públicos	12.7	654,59	792,29
Diferimentos	12.2	3 874,17	4 929,47
Outros ativos correntes	12.1	3 626,70	4 934,15
Caixa e depósitos bancários	12.3	75 961,32	52 608,41
		85 499,63	64 670,12
Total do ativo		154 340,03	131 350,08
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.4	12 121,00	12 121,00
Resultados transitados	12.4	57 328,49	61 855,25
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	12.4	17 198,40	19 469,60
		86 647,89	93 445,85
Resultado líquido do período		6 769,53	-4 526,76
Total dos fundos patrimoniais		93 417,42	88 919,09
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	12.5	2 654,95	1 448,47
Estado e outros entes públicos	12.7	5 414,09	4 769,59
Diferimentos	12.2	14 577,09	912,29
Outros passivos correntes	12.8	38 276,48	35 300,64
		60 922,61	42 430,99
Total do passivo		60 922,61	42 430,99
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		154 340,03	131 350,08

A Direção



O Contabilista Certificado



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL NOSSA SENHORA DO CALVÁRIO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte 501645055

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 022	2 021
Vendas e serviços prestados	8	173 493,19	159 115,35
Subsídios, doações e legados à exploração	9 / 12.9	208 802,09	192 393,22
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-53 005,51	-46 859,02
Fornecimentos e serviços externos	12.10	-69 500,32	-63 809,13
Gastos com o pessoal	10	-256 632,66	-249 165,32
Outros rendimentos	12.11	17 925,35	19 109,91
Outros gastos	12.12	-791,47	-4 183,40
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		20 290,67	6 601,61
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-13 521,14	-11 128,37
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6 769,53	-4 526,76
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		6 769,53	-4 526,76
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		6 769,53	-4 526,76

A Direção



O Contabilista Certificado



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		177 251,69	159 961,60
Pagamentos a fornecedores		-112 233,35	-124 776,08
Pagamentos ao pessoal		-168 231,59	-203 297,09
Caixa gerada pelas operações		-103 213,25	-168 111,52
Outros recebimentos/pagamentos		142 746,73	182 741,63
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		39 533,48	14 630,11
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-15 929,70	-26 833,57
Investimentos financeiros		-810,87	-683,30
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-16 740,57	-27 516,87
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		560,00	450,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		560,00	450,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		23 352,91	-12 436,76
Caixa e seus equivalentes no início do período		52 608,41	65 045,17
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12.3	75 961,32	52 608,41

A Direção



O Contabilista Certificado



Entidade: CENTRO SOCIAL PAROQUIAL NOSSA SENHORA DO CALVÁRIO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 501645055

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	CENTRO DE DIA	SAD	PERÍODOS	
				2022	2021
Vendas e serviços prestados	8	83 139,19	90 354,00	173 493,19	159 115,85
Custo das vendas e dos serviços prestados	7 / 10	-161 731,07	-147 907,10	-309 638,17	-296 024,84
Resultado Bruto		-78 591,88	-57 553,10	-136 144,98	-136 908,99
Subsídios, doações e legados à exploração	12.9	76 293,47	132 508,62	208 802,09	192 393,22
Outros Rendimentos	12.11	8 829,53	9 095,82	17 925,35	19 109,91
Gastos administrativos	4 / 12.10	-33 769,26	-49 252,20	-83 021,46	-74 937,50
Outros Gastos	12.12	-280,86	-510,61	-791,47	-4 183,40
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-27 519,00	34 288,53	6 769,53	-4 526,76
Gastos de financiamento (líquidos)					
Resultado antes de impostos		-27 519,00	34 288,53	6 769,53	-4 526,76
Imposto sobre o rendimento do período					
Resultado líquido do período		-27 519,00	34 288,53	6 769,53	-4 526,76

Direção

O Contabilista Certificado



V. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.....	3
3.1	Bases de Apresentação.....	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	10
5	Ativos Intangíveis	10
6	Investimentos Financeiros	11
7	Inventários	11
8	Rédito.....	12
9	Subsídios do Governo e Apoios do Governo.....	12
10	Benefícios dos Empregados	12
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	13
12	Outras Informações	13
12.1	Outros Ativos Correntes	13
12.2	Diferimentos.....	14
12.3	Caixa e Depósitos Bancários.....	14
12.4	Fundos Patrimoniais.....	14
12.5	Fornecedores.....	15
12.6	Créditos a Receber.....	15
12.7	Estado e Outros Entes Públicos.....	15
12.8	Outros Passivos Correntes	16
12.9	Subsídios, Doações e Legados à Exploração	16
12.10	Fornecimentos e Serviços Externos	17
12.11	Outros Rendimentos	17
12.12	Outros Gastos.....	17
12.13	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.....	18
12.14	Acontecimentos após data de Balanço.....	18

1 Identificação da Entidade

O Centro Social Paroquial da Senhora do Calvário é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "IPSS", pela inscrição nº 75/83, no Livro nº 2 das Fundações de Solidariedade Social.

Tem sede na Travessa do Ilhéu nº 66, na freguesia de Campanhã, no concelho do Porto. Os fins e objetivos do Centro concretizam-se mediante a concessão de bens, a prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem – estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, nomeadamente no apoio às pessoas idosas, através do Centro de Dia e Apoio Domiciliário.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)
 - Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
 - NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
 - Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.3 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos órgãos diretivos, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.4 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos órgãos diretivos com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

3.1.5 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.6 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.7 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.8 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.9 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.10 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.11 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e Outras Construções	50
Equipamento Básico	6
Equipamento de Transporte	5
Equipamento Administrativo	6
Equipamento Informático	5
Outros Ativos Fixos Tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “Outros Rendimentos e Ganhos” ou “Outros Gastos e Perdas”.

3.2.3 Investimentos Financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (Fundo de Compensação do Trabalho) e o FGCT (Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Relativamente às entidades que apliquem o regime consignado no SNC-ESNL as entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, devem ser reconhecidas como um ativo financeiro dessa entidade, mensurado ao custo.

O registo contabilístico do ativo financeiro referido será efetuado na conta “415 – Outros investimentos financeiros” e a eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT será reconhecida como rendimento na data em que ocorrer o reembolso à entidade empregadora.

3.2.4 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os “Créditos a receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos Não Correntes.

Outros Ativos e Passivos Financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros Passivos Correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no fim do exercício de 2021 e 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2021	Adições	Abate	Transferência	31-12-2022
Edifícios e Outras Construções	110 644,64	2 795,12			113 439,76
Equipamento Básico	66 748,98	1 895,50			68 644,48
Equipamento de Transporte	56 918,80	5 100,00			62 018,80
Equipamento Administrativo	27 726,16	3 040,24			30 766,40
Outros Ativos Fixos Tangíveis	4 590,30				4 590,30
Ativo Tangível Bruto	266 628,88	12 830,86	0,00	0,00	279 459,74
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e Outras Construções	58 992,86	7 429,12		0,00	66 421,98
Equipamento Básico	60 384,44	2 000,18			62 384,62
Equipamento de Transporte	56 018,80	1 580,00			57 598,80
Equipamento Administrativo	25 143,44	1 060,32			26 203,76
Outros Ativos Fixos Tangíveis	3 137,70	593,30			3 731,00
Depreciações Acumuladas	203 677,24	12 662,92	0,00	0,00	216 340,16
Ativo Tangível Líquido	62 951,64	167,94	0,00	0,00	63 119,58

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2021	Adições	Abate	Transferência	31-12-2022
Programas de Computador	2 204,78	2 086,31			4 291,09
Ativo Intangível Bruto	2 204,78	2 086,31	0,00	0,00	4 291,09
Depreciações Acumuladas					
Programas de Computador	881,92	858,22			1 740,14
Depreciações Acumuladas	881,92	858,22	0,00	0,00	1 740,14
Ativo Intangível Líquido	1 322,86	1 228,09	0,00	0,00	2 550,95

6 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2022	2021
Outros Investimentos Financeiros		
FCT	3 169,87	2 405,46
Total	3 169,87	2 405,46

Estes investimentos financeiros correspondem às entregas por parte da entidade para o FCT – Fundo Compensação do Trabalho.

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Rubricas	2022	2021
Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	1 382,85	1 072,05
Total	1 382,85	1 072,05

No que concerne à quantia de “Inventários” de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2022	2021
	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo
Saldo Inicial	1 072,05	979,95
Compras	47 854,47	42 280,53
Doações	5 461,84	4 670,59
Saldo Final	1 382,85	1 072,05
Gastos do Período	53 005,51	46 859,02

8 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	2022	2021
Prestação de Serviços	173 493,19	159 115,35
Quotas do Utilizadores	173 493,19	159 115,35
Total	173 493,19	159 115,35

9 Subsídios do Governo e Apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	Natureza	2022			2021		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP	Não Reembolsável	0,00	0,00	195 580,17	0,00	0,00	178 062,04
IEFP	Não Reembolsável	0,00	0,00	6 136,08	0,00	0,00	8 210,59
Município do Porto	Não Reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 000,00
IAPMEI	Não Reembolsável	0,00	0,00	1 064,00	0,00	0,00	0,00
JF Campanhã (Obras)	Não Reembolsável	16 698,40	0,00	2 271,20	18 969,60	0,00	3 448,16
Total		16 698,40	0,00	205 051,45	18 969,60	0,00	190 720,79

10 Benefícios dos Empregados

O número de membros que compõem o órgão diretivo é de 8 elementos.

O número médio de pessoas ao serviço da associação durante os anos de 2021 e de 2022 foi 16.

Além do pessoal do quadro a instituição conta ao seu serviço de 1 colaborador ao abrigo de programas de medidas protocoladas com o IEFP.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao Pessoal	188 175,10	183 126,42
Subsídio Alimentação	11 013,00	11 445,00
Indemnizações	0,00	33,25
Encargos Sobre as Remunerações	41 361,67	40 233,60
FCT	59,02	58,63
Seguros de Acidentes no Trabalho	2 445,76	2 297,58
Outros Gastos com o Pessoal	2 531,08	4 339,45
IEFP	11 047,03	7 631,39
Total	256 632,66	249 165,32

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

12.1 Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outros Ativos Correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
IEFP	3 229,09	4 105,29
Adiantamento a Fornecedores	397,27	130,11
Remunerações do pessoal	0,34	0,00
Fundos Compensação	0,00	698,75
Total	3 626,70	4 934,15

12.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
Seguros	2 592,59	2 472,93
Vigilância e Segurança	286,27	233,10
Assistência a Software	533,31	835,33
Rendas e Alugueres	0,00	86,10
Equip. Proteção Individual	462,00	1 302,01
Total	3 874,17	4 929,47
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP	1 843,29	912,29
ISS-Acordo Cooperação -Adiantamento atualização 2023	7 862,00	0,00
ISS-Acordo Cooperação -Apoio extraordinário 2023	4 871,80	0,00
Total	14 577,09	912,29

12.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	66,47	2,94
Depósitos à Ordem	75 894,85	52 605,47
Total	75 961,32	52 608,41

12.4 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações durante o exercício de 2022:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	12 121,00			12 121,00
Resultados Transitados	61 855,25		4 526,76	57 328,49
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	19 469,60		2 271,20	17 198,40
Total	93 445,85	0,00	-6 797,96	86 647,89

12.5 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	2 654,95	1 448,47
Total	2 654,95	1 448,47

12.6 Créditos a Receber

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica "Créditos a Receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Cientes		
Utentes	0,00	333,75
Total	0,00	333,75

12.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Estado e outros Entes Públicos	654,59	792,29
Total	654,59	792,29
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	778,22	558,80
Segurança Social	4 560,83	4 148,31
FCT e FGCT	75,04	62,48
Total	5 414,09	4 769,59

12.8 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros Passivos Correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Adiantamentos de Utentes	0,00	0,00	0,00	80,00
Credores Por Acréscimo de Gastos	0,00	38 276,48	0,00	35 220,64
Remunerações a Liquidar	0,00	37 158,59	0,00	33 244,83
Outras Despesas Diferidas				
Eletricidade	0,00	733,89	0,00	587,75
Água	0,00	66,29	0,00	195,14
Seguros	0,00	157,38	0,00	183,90
Material Escritório	0,00	0,00	0,00	28,62
Comunicação	0,00	154,37	0,00	154,37
Outros				
Maria Alice Morais	0,00	0,00	0,00	790,34
Maria Rosa Mendes	0,00	0,00	0,00	0,00
Penhoras do Pessoal	0,00	0,00	0,00	35,69
Sindicato	0,00	5,96	0,00	0,00
Total	0,00	38 276,48	0,00	35 300,64

12.9 Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A Entidade reconheceu, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
ISS, IP - Centro Distrital	195 580,17	178 062,04
IEFP	6 136,08	8 210,59
Município do Porto	0,00	1 000,00
IAPMEI	1 064,00	0,00
Donativos	6 021,84	5 120,59
Total	208 802,09	192 393,22

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

12.10 Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	2 514,00	3 534,60
Serviços Especializados	21 679,84	18 530,24
Materiais	8 653,29	10 594,47
Energia e Fluidos	21 130,59	17 142,36
Deslocações e Estadas	37,05	32,00
Serviços Diversos	13 282,37	13 307,81
Encargos com Utentes	2 203,18	667,65
Total	69 500,32	63 809,13

12.11 Outros Rendimentos

A rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Outros Rendimentos e Ganhos		
Consignação IRS	5 328,15	4 722,63
Subsídio Alimentação Espécie	10 326,00	10 686,00
Correções Exercícios Anteriores	0,00	1 212,67
Descontos Pronto Pagamento	0,00	0,01
Indemnização Seguros	0,00	150,00
Imputação Subsídios ao Investimento	2 271,20	2 271,20
Juros - Fundos Compensação	0,00	67,40
Total	17 925,35	19 109,91

12.12 Outros Gastos

A rubrica de “Outros Gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Quotizações	198,00	198,00
Correções Exercícios Anteriores	0,10	3 579,41
Juros - Não Financiamento	4,62	91,96
Dívidas Incobráveis	468,75	87,50
Multas não fiscais	120,00	0,00
Outros	0,00	226,53
Total	791,47	4 183,40

12.13 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2022, foi o seguinte:

Apoio Domiciliário: 36

Centro de Dia: 43

12.14 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 02 de Março de 2023

O Contabilista Certificado



A Direção





VI. RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SENHORA DO CALVÁRIO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2022

De acordo com a alínea b) do nº 1 do artigo 26º dos estatutos, do **CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO**, vimos submeter à apreciação da Direção o nosso parecer, que emitimos com base no exame efetuado ao relatório e às contas anuais bem como em resultado do acompanhamento da atividade ao longo do período, nos termos das nossas competências.

RESPONSABILIDADE

É da responsabilidade da Direção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição, o resultado das suas operações, bem como a adoção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente, baseada em verificações por amostragem ao longo do período e no exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

Este parecer tem como base as conclusões da atividades fiscalizadora, efetuada com a regularidade que achamos apropriada e necessária, validada através da verificação do registo contabilístico das transações mais significativas e da respetiva documentação de suporte, a partir de balancetes e outra documentação apresentada regularmente a este Conselho Fiscal pela Direção.

Verificamos a exatidão e conformidade das demonstrações financeiras, reportadas a 31 de dezembro de 2022, incluídas no Relatório e Contas do referido exercício.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do **CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO**, em 31 de dezembro de 2022, e o resultado das suas operações, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites, tendo como referencial o regime de normalização contabilístico para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

A FINALIZAR

Uma palavra de agradecimento à Direção, nomeadamente aos Srs. Anjos Monteiro e Caetano Augusto, pela disponibilidade e colaboração prestada a este órgão; à Dra. Susana Neves pelos



esclarecimentos técnicos prestados. Assim, e nos termos da alínea b) do número 1 do artigo 26º dos estatutos, entendemos que a **DIREÇÃO** deve aprovar:

- **O Relatório e as contas do exercício de 2022;**
- **A aplicação do resultado líquido positivo de 6.769,63 euros, para resultados transitados.**

O Conselho Fiscal congratula-se pela excelente colaboração e qualidade da informação prestada a este órgão pela Direção, comprovada pela qualidade do Relatório e Contas apresentado.

Porto, 27 de Maio de 2023

O Conselho Fiscal

Fernando Jorge Dias

Fernando Jorge Dias

Paula da Silva Pereira

Paula da Silva Pereira

José Manuel Mourão

José Manuel Mourão



VII. CERTIDÕES COMPROVATIVAS DA SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA (Segurança Social e Autoridade Tributária)

CERTIDÃO

Eugénia da Conceição Pinto Ferreira, Chefe de Finanças, a exercer funções no Serviço de Finanças de PORTO-1.

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), que o(a) contribuinte abaixo indicado(a) tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177º-A e/ou nºs 5 e 12 do artigo 169º, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).

A presente certidão é válida por três meses e não constitui documento de quitação, nos termos dos nºs 4 e 6 do artigo 24º CPPT, respetivamente.

Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão 28 de Dezembro de 2022.

IDENTIFICAÇÃO

NOME: CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO

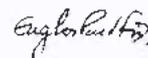
NIF: 501645055

Elementos para validação

Nº Contribuinte: 501645055

Cód. Validação: HB9BRTTAMKK9

O Chefe de Finanças,



(Eugénia da Conceição Pinto Ferreira)



SEGURANÇA SOCIAL

CENTRO DISTRITAL DO PORTO
RUA ANTÓNIO PATRÍCIO, N.º 262
4199-001 PORTO

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.

DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte CENTRO SOCIAL
PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO

Firma/Denominação CENTRO SOCIAL PAROQUIAL
DA SENHORA DO CALVÁRIO

N.º de Identificação de Segurança Social 20008940759

N.º de Identificação Fiscal 501645055

N.º da Declaração 031054423ASCD22

Data de emissão 2022-12-28

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO
TRAVESSA DO ILHÉU N 66
PORTO
4300265

Declaramos, que a entidade acima identificada tem a situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

Artigo 208.º do Código dos Regimes Contributivos, aprovado pela Lei n.º 110/2019, de 16 de setembro na sua versão atualizada

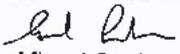
Esta declaração não constitui comprovativo de pagamento de contribuições, nem de outros valores e diz respeito à situação contributiva apurada até à data de emissão, não prejudicando o posterior apuramento de dívidas.

N.ºs 1 e 3 do artigo 82.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada

A declaração é válida pelo prazo de **4 meses**, contado a partir da data de emissão.

Artigo 84.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada

O Diretor de Segurança Social


Miguel Cardoso

Elementos para verificação da autenticidade da declaração:

Número de Identificação - 20008940759

Código de Verificação - FZAJHKLURT8AKTY

Para verificar a autenticidade desta declaração aceda à Segurança Social Direta, no menu "CONTA CORRENTE-SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA" e introduza o Número de Identificação e o Código de Verificação acima indicados.

Verifique se o documento obtido corresponde a esta declaração.



VIII. BANCO DE PORTUGAL: DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE



Nome: CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO

País da Entidade:

Tipo de Identificação: NIF/NIPC

Nº de Identificação: 501645055

Legal Entity Identifier (LEI):

NIF/NIPC não consta na base de dados da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal.

Fim de relatório

A informação prestada, extraída da Central de Responsabilidades de Crédito (CRC) no momento em que a consulta foi efetuada, é da responsabilidade das entidades que a tenham transmitido, cabendo exclusivamente a estas proceder à sua alteração ou retificação (Artigo 2º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 204/2008, de 14 de outubro).

Os dados contidos na CRC encontram-se cobertos pelo sigilo bancário. O Banco de Portugal apenas está habilitado a facultar o acesso e a utilização destes dados ao respetivo titular, bem como nas situações e para as finalidades expressamente previstas na lei.



IX. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DA ENTIDADE



Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de Prestação de Contas da Gerência do período de 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas do **CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO** ao órgão competente para a verificação da sua legalidade que:

1. De acordo com o estabelecido pelo n.º 2, do Artigo 14º-A, do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro, as contas relativas ao exercício de 2022 foram publicitadas no sítio institucional eletrónico desta Instituição, <https://www.cspsenhoradocalvario.com/> em 29 de maio de 2023.
2. De acordo com o estabelecido pelo Artigo 23º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro sempre que sejam realizadas obras de montante superior a 25.000,00€ a entidade está obrigada adotar o Código dos Contratos Públicos, pelo que no exercício de 2022 a entidade
3.
 - Realizou obras superiores a 25.000 € e aplicou o Código dos Contratos Públicos.
 - Realizou obras superiores a 25.000 €, mas não aplicou o Código dos Contratos Públicos.
 - Não realizou obras superiores a 25.000 €, pelo que não se aplica o Art.º 23º
 - A entidade não recebeu apoios financeiros públicos, pelo que não se aplica o Art.º 23º

A Direção:
**CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA
SENHORA DO CALVÁRIO**
A DIREÇÃO







Travessa do Ilhéu, 66 4300-265 Porto

Tlf/Fax: 22 5376959 *(CHAMADA PARA A REDE FIXA NACIONAL) e-mail: csp_senhoradocalvario@gmail.com

www.cspsenhoradocalvario.com